

Íntegra do discurso do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, proferido em 28 de junho de 2024, durante a mesa “O Mundo em Eleições e o Futuro da Democracia Representativa”, que integrou o terceiro dia da 12ª edição do Fórum Jurídico de Lisboa, em Portugal.

“Boa tarde a todos. Eu quero, inicialmente, me desculpar, que eu estou um pouco afônico. Para a sorte de todos, eu vou ter que falar por só 15 minutinhos, como diria o nosso presidente [do Supremo Tribunal Federal], o ministro Luís Roberto Barroso, a quem cumprimento aqui no plenário. Cumprimentado também os meus colegas do Supremo Tribunal Federal, nosso anfitrião, o ministro Gilmar [Mendes], ministro [Cristiano] Zanin, ministro Flávio Dino. Cumprimento o ministro Luis Felipe Salomão, o coordenador desse painel. Em seu nome, cumprimento todos os amigos aqui presentes do Superior Tribunal de Justiça. Cumprimento o professor Vitalino Canas, o professor Riccardo Marchi, que dividirão o painel comigo. Também quero cumprimentar todos os professores em nome do decano presente aqui da Universidade de São Paulo, o professor Manoel Gonçalves Ferreira Filho, que tive a honra de ser aluno tanto na graduação quanto na pós-graduação. Cumprimentar o nosso procurador-geral da República, professor Paulo Gonet, e cumprimentar aqui também toda a classe política em nome desse grande constitucionalista, grande advogado, grande política e grande presidente da República, que mostrou que é possível governar sem polarizar, que é possível governar conversando, mas, mais importante que isso, que é possível governar ouvindo, quero cumprimentar então toda a classe política em nome do presidente Michel Temer, que muito me honra com a sua presença. E antes de começar, quero pedir água para o ministro [Luis Felipe] Salomão, no sentido literal da palavra, não no sentido metafórico. Ministro Barroso, isso que é moral, hein, pedir água para o corregedor nacional de Justiça. Obrigado...

O tema aqui proposto é “O mundo em eleições e o futuro da democracia”. Eu gostaria de começar com uma rápida reflexão de que o perigo que nós vivemos é o mesmo perigo de sempre, é um perigo tradicional. O desafio que nós estamos enfrentando é um novo desafio, em virtude de características, circunstâncias diferentes. O perigo é o mesmo: o perigo é sempre a exploração de determinadas condições sociais, condições econômicas, traumas, frustrações por grupos políticos que alavancam o populismo, transformando ou pretendendo transformar a democracia numa demagogia. Aristóteles já tratava disso em 300 anos antes de Cristo. O perigo é esse. Sempre há, na espreita, na obscuridade, sempre há grupos que pretendem desvirtuar a democracia. Atualmente, com a utilização dessas duas palavras, liberdade e democracia, usando para desvirtuá-la, transformando-a na deturpação da ideia de democracia que é a demagogia para instalar um populismo e, com isso, afastar, gradualmente, o Estado Democrático de Direito, [instalar] o retorno à exceção, o retorno a um regime de exceção, o retorno a ditaduras, a tiranias, com afastamento do Estado Democrático de Direito. Esse perigo existiu durante toda a história, e nós vivenciamos mais recentemente de forma global no primeiro quartel do século passado, com o surgimento do fascismo, do nazismo. É um perigo real, um perigo concreto. É um perigo, que, mais adiante, eu vou citar, é um perigo que, após a Segunda Guerra [Mundial], os países tentaram colocar mais obstáculos para conter, mas é um perigo constante.

O desafio é diferente, porque os métodos utilizados por esses novos grupos são diferentes, as condições existentes são diversas, e eu saliento aqui a diferença desse desafio em dois pontos. Um deles, que foi tratado longamente aqui em outros painéis, principalmente hoje no painel pela manhã, não existia para que esses grupos avançassem contra a liberdade, para que esses grupos avançassem contra democracia, não existia um fortíssimo obstáculo que se chamava jurisdição constitucional. Após a segunda grande guerra, exatamente para dificultar o acesso de grupos fascistas, nazistas e golpistas ao poder, foi uma exigência dos Aliados que as Constituições italiana, Lei Fundamental alemã e japonesa instituíssem alguma forma de jurisdição constitucional, porque, tanto na Itália quanto na Alemanha, o nazismo e o fascismo, Mussolini e Hitler, chegaram ao poder pelas regras parlamentares, desvirtuando as regras parlamentares, mas chegaram ao poder pelas regras do jogo. Se colocou um obstáculo a mais. Obviamente, nenhum jurista, nenhum cientista político, ninguém disse que, se houvesse, à época, jurisdição constitucional, não existiria o fascismo, não existiria o nazismo. Não é isso. Mas, se criou e se aproveitou a ideia kelseniana de 20 anos antes do final da guerra, se aproveitou para criar um novo obstáculo. Então veja, por que eu digo que esse é o primeiro ponto que muda o perfil do desafio? Porque, a partir desse obstáculo, nós estamos verificando que esse novo populismo tem, seja na Hungria, seja na Polônia, seja nos Estados Unidos, seja no Brasil, esse novo populismo tem um inimigo. O inimigo é o Poder Judiciário, o inimigo é a jurisdição constitucional. Por que não havia visto antes? Por que o fascismo não precisou disso para chegar ao poder, atacar o Judiciário? Por que o nazismo não precisou? Porque não havia esse obstáculo. Então, o fortalecimento da jurisdição constitucional fez com que o Judiciário, ao se colocar como grande obstáculo à quebra do Estado Democrático de Direito, se transformasse também no grande inimigo desse novo populismo.

O outro elemento diferencial desse desafio de se manter a democracia, de evitar os ataques populistas, de evitar o golpismo, de garantir as eleições, é que hoje existe um instrumento, uma verdadeira bomba atômica de comunicação, um instrumento que se permitiu ser instrumentalizado contra a democracia, que são as redes sociais. Esse é um desafio que não existia também nos ataques anteriores ao Estado Democrático de Direito. Então nós temos a conjugação desses dois fatores, muito bem trabalhada essa conjugação desses novos fatores por esses grupos populistas, que eu venho, já há algum tempo, denominando de novo populismo extremista digital. Hoje, para que nós possamos garantir a democracia, para que nós possamos garantir eleições livres, para que nós possamos garantir que a vontade do eleitor não seja desvirtuada, não seja manipulada, hoje, todos os democratas, não importa qual a coloração ideológica... se pegarmos a classificação tradicional de esquerda, direita, centro, liberal, conservador, não importa... todos que sejam democratas têm que combater esse novo populismo digital extremista, que, de forma absolutamente competente, soube manipular as redes sociais, soube trabalhar as redes sociais, soube capturar a vontade de vários grupos, para, com isso, desvirtuar a legítima vontade do eleitor. Olha, nós temos que nos perguntar como que esse novo populismo digital extremista, extremamente radical, como que ele achou terreno fértil para isso, porque o perigo de ditaduras, seja o primeiro quartel do século passado, seja agora, [é que] acaba surgindo por um certo tipo descontentamento da população. Alemanha, Itália, após o Tratado de Versalhes, principalmente a Alemanha, a penalização da população, depois, mesmo... não é verdade dizer que só o Tratado de Versalhes foi o causador da crise econômica

alemã, porque a Alemanha já começava a se recuperar quando houve a crise da bolsa de 29, e os empréstimos, as empresas da Alemanha eram quase todos dos Estados Unidos... mas a situação econômica, a falta de comida, a falta de emprego, fez com que houvesse um terreno fértil para o populismo.

Qual foi o terreno fértil para esse novo populismo digital? Por que houve um terreno fértil? Se nós formos verificar pós-Segunda Guerra, com o fortalecimento das democracias, com todos os problemas que os regimes democráticos têm, os países que mais se desenvolveram são os países que adotam o Estado Democrático de Direito. Se nós formos comparar índices, índices de saúde, educação, mortalidade infantil, fome, nós vamos ver... em que pese, principalmente, a África e várias partes da América Latina têm grandes problemas... mas houve uma evolução. Mas essa evolução, em um determinado momento, ela estagnou. Essa evolução, com a extrema concentração de renda, começou a mostrar que o modelo econômico junto... e se fez a ligação desse modelo econômico falho de distribuição de renda com a democracia, estaria deixando a desejar. Soma-se a isso... e tudo isso foi explorado por esse populismo digital extremista, que preparou os algoritmos nas redes sociais exatamente para atingir esses temores dos grupos... a tudo isso foi somado aquele senso de nostalgia de diversas pessoas, com a inclusão de novos grupos antes sem qualquer acesso à saúde, qualquer acesso à educação, qualquer acesso ao lazer. Nós tivemos aqui uma somatória: em um determinado momento, as democracias facilitaram maior acesso aos grupos economicamente mais frágeis, só que houve uma estagnação, e, principalmente, o que se chama de classe média, isso é no mundo todo, essa classe média começou a se sentir prejudicada, não acusando o modelo, em vários pontos já saturado, o modelo econômico saturado, mas acusando aqueles que chegaram em um novo patamar. Se volta o discurso de ódio contra estrangeiros, se volta o discurso de ódio contra cidadãos do mesmo país mas que vêm de regiões mais pobres, o discurso de ódio contra mulheres, negros. 'Ah, estão tirando os nossos empregos, está tirando a nossa renda'. A estagnação do modelo econômico e a visão deturpada de uns de que isso se deu porque novas pessoas atingiram um melhor patamar, esse foi o terreno fértil para esses grupos populistas, que passaram a manipular as redes sociais com discurso de ódio, discurso de ódio contra exatamente esses grupos que, tradicionalmente, são chamados de minorias: as mulheres; os homossexuais; os negros; os estrangeiros; no Brasil, os brasileiros de estados menos favorecidos.

E essa extrema-direita radical, isso começou nos Estados Unidos, soube aproveitar as redes sociais para criar bolhas em relação a esses discursos de ódio e, a partir dessas bolhas, capturar ou tentar capturar a vontade do eleitor. Isso foi feito de forma científica. Naquele momento, lá atrás... e todos se recordam, que as redes sociais iniciaram como uma grande voz da democracia... a Primavera Árabe, onde, em países que não tinham direito de reunião, liberdade de expressão, liberdade de imprensa, as redes sociais, ainda de uma maneira insólita, elas que reuniam as pessoas. Esses grupos perceberam o grande poder de reunião das redes sociais e passaram a atuar para o direcionamento de notícias, algoritmos, desinformação a partir do que a pessoa quer ouvir, acelerando, eventualmente, aqueles traumas, aqueles ódios que a pessoa tem. Isso foi aproveitado tanto do ponto de vista econômico... primeiro, do ponto de vista econômico. Quantas pessoas aqui... hoje, o professor Paulo Gonet até disse que tinham grampeado o telefone de todo mundo, na palestra dele... quantas pessoas já não disseram assim: 'eu estava conversando

no celular, eu falei que ia comprar um carro vermelho, nunca mais parei de receber e-mail de carro vermelho, estão me grampeando'. Não estão te grampeando, você consultou [o Google]. Se você consulta uma vez na vida que você quer comprar um carro vermelho, o Google guarda aquela informação, as empresas que pagam, direcionam o algoritmo para aquilo. As redes sociais têm mais informações de cada um de nós que é a pessoa que mais te conhece na vida. E tudo de graça, porque nós fornecemos essas informações. Eles trabalham essas informações, direcionam os algoritmos a partir da consulta para capturar a sua vontade. 'Ah, mas como vão capturar a minha vontade, eu sou livre...'. Você faz uma consulta, as 50 primeiras coisas que vêm é o que eles querem que você veja, você não vai seguir nisso. Você, naquelas primeiras que vêm... Ah, por que uma vem antes da outra? Qual é a regra dessa ordem? É isso o que se exige... e, hoje, mundialmente... e a União Europeia, no ano passado, aprovou duas importantes leis... que as redes sociais fixem a transparência nas regras algorítmicas. Por que, quando eu procuro o nome do ministro [Luis Felipe] Salomão, por que vem primeiro essas notícias? Se determinado buscador é contra ele, por que vem essas criticando, por que não vem nenhum elogio? Qual é a regra, quais são os critérios? A mesma coisa que os grandes grupos econômicos... inicialmente, que são os grupos norte-americanos... fizeram para capturar a vontade do consumidor, em um determinado momento, disseram 'Olha, se nós temos o poder econômico, por que nós não vamos ter o poder político?'. E aí começaram a classificar os grupos: esse grupo é mais conservador, esse grupo consulta mais a questão do aborto, por exemplo, esse [é] sobre armas. [São] Consultas legítimas, só que, a partir dessas consultas, começaram a bombardear as pessoas com informações que lhes interessavam, uma série de informações iniciais verdadeiras e, a partir daí, a desinformação. Ou seja, aquela pessoa é contra o aborto, por exemplo, [recebe] uma série de informações, e, de repente, começa a acusar o seu grupo político adversário de abortista e desvirtua a informação. É assim que atuam esses grupos, é assim que esse novo populismo digital extremista atua, com a convivência total das redes sociais.

Se, no Brasil, as *big techs*... não que eu concorde, porque já sabia que eram coniventes... mas se, no Brasil, as *big techs* podem dizer que, antes do dia 8 de janeiro [de 2023], não sabiam que estavam sendo instrumentalizadas, depois do dia 8 é impossível elas afirmarem isso. Por isso é necessária uma regulação imediata, uma regulamentação [aplausos]... uma regulamentação minimalista. Ninguém quer... e essa é outra desinformação, essa é outra *fake news* que esses grupos colocam para evitar uma regulação... ninguém quer dizer o que eles podem ou não colocar, ninguém quer definir o que é notícia verdadeira, o que é *fake news stricto sensu*, o que se pretende é transparência nos critérios, transparência nos critérios algorítmicos, e o que se pretende é que conceitos objetivos não possam ser veiculados. Eu fiz inúmeras reuniões com as *big techs*, e, em uma delas, eu perguntei: 'Pornografia infantil, pedofilia e direitos autorais... que eles morrem de medo, porque aí [suscitaria] indenizações milionárias, principalmente nos Estados Unidos... vocês retiram do ar como?'. Eles disseram: 'Principalmente... é o índice maior... [se tratando de] pedofilia e pornografia infantil, 93% dos vídeos e notícias sobre isso, eles retiram antes de ter um like'. Entrou [no ar], a inteligência artificial, que pode ser utilizada para o bem, retira, porque eles têm todos os parâmetros. Os outros 7%, o que eles fazem... aí, na dúvida se aquilo é uma pesquisa científica, um debate... eles remetem, em duas horas, a uma comissão de pessoas que analisa

para retirar ou não. Noventa e três por cento. Eu perguntei: 'E não é possível fazer isso com mensagens nazistas, racistas, misóginas e contra a democracia?'. Eles falaram: 'É, desde que se fixe, no algoritmo, os critérios objetivos...'. Ora, nazismo, todo mundo sabe o que é, até um nazista sabe. Facismo, também. Racismo. Atos antidemocráticos: só colocar as previsões legais do que caracteriza [isso]. Eu falei: 'Então por que vocês não fazem?'. E várias delas disseram: 'Se todo mundo fizer, nós fazemos; senão, não'. Por quê? Questão econômica. Só tem duas coisas que dão dinheiro nas redes sociais: ódio e o que é muito fofo. Ódio é matar, nazismo, coisa pesada. E [o que é muito fofo é] aquele cachorrinho que é irmão de um coelhinho, todo mundo aqui já viu, finge que não, mas já viu... aquele leão, a leoa que cuidou da pata que nasceu, você olha e diz 'ó, e tal'. Eles disseram: 'Só isso dá dinheiro, só isso dá like'. É o ódio, é o discurso machista, o discurso de rompimento, é o discurso nazista. E é a coisinha bonitinha. O meio termo, discussões, eles mesmo dizem 'isso não é para rede social'. Eles aceitaram ser instrumentalizados. Se é possível, por que não fazer? E é isso que se pretende na regulamentação no Congresso Nacional. Nosso deputado [Antonio] Brito aqui presente, cumprimento também, várias vezes, durante a [minha] presidência no TSE, esteve presente nessas conversas. É isso o que se pretende, é isso o que o Tribunal Superior Eleitoral fez nas eleições de 2022, é isso o que agora nas resoluções do Tribunal Superior Eleitoral está previsto. E, se é possível tecnologicamente fazer, por que não fazer? Nós não teremos sossego nas eleições, e em nenhuma eleição no mundo, se nós permitimos, continuarmos a permitir que as redes sociais, que as *big techs* sejam terra sem lei, que elas não tenham responsabilidade, que elas ganhem, monetizem em cima dessas notícias sem nenhuma responsabilidade. E aí uma outra regra, que, até na época da discussão da comissão presidida pelo ministro Luis Felipe Salomão sobre o código civil, eu sugeri... vejam, eu, particularmente, colocaria um artigo só: o que não pode no mundo real, não pode no mundo virtual. E a Justiça aplicaria isso, estaria resolvido o problema. Como não é muito técnica essa redação, o que nós deveríamos colocar? Quando você é responsável no mundo real, você deve ser responsável no mundo virtual. As *big techs* dizem o seguinte: 'Nós somos meros depositários de informação, não tenho culpa se alguém coloca uma informação nazista, se tem alguma informação fascista'. Se você tem um depósito na vida real e você aluga para alguém... alugou, fez o contrato de locação, e a pessoa passa a traficar drogas... o tráfico ainda é crime, viu, não se preocupem... se passa a traficar drogas, faz um laboratório de cocaína... se você não sabe, você não pode ser responsabilizado... você descobre, e, no mês seguinte, você monetiza, você faz uma aditamento ao contrato e pede mais 10%, você passa a ser responsável. Se você está monetizando o discurso de ódio, se você está direcionando os algoritmos para que esses discursos, essas mensagens cheguem mais rapidamente, para que o proveito econômico da sua empresa seja maior, você é responsável. Basta aplicar a regra normal de responsabilidade civil, porque, senão, nós vamos ter a deturpação da vontade do eleitor.

Do ponto de vista eleitoral, essa instrumentalização... e o ministro Mauro Campbell [Marques] bem sabe, atuamos juntos no TSE, assim como o ministro [Luis Felipe] Salomão... do ponto de vista eleitoral, essa instrumentalização das redes sociais desvirtua, porque, a partir do momento em que as redes sociais, as *big techs* têm todas as informações das pessoas, direcionam notícias fraudulentas, capturando a vontade do eleitor. É muito mais eficaz do que o horário eleitoral. Nós todos sabemos que, tirando uma ou outra pessoa, geralmente parente do candidato,

ninguém assiste ao horário eleitoral, tanto que a legislação mudou para aqueles *spoilers*: no meio de alguma coisa, aparece, aí você não consegue fugir. Mas, na rede social, não, a pessoa busca uma informação, e ela vem bombardeada. Isso é criminoso, isso é atentatório contra a democracia. Nós, no Tribunal Superior Eleitoral, encerramos uma fase... só para vocês verificarem como isso é perigoso, os algoritmos desvirtuando a vontade do eleitor... nós encerramos a fase do chamado... eu chamei assim no acórdão... do estelionato eleitoral informativo. Você ia no Google e colocava lá... você quer votar no candidato X, no que você busca o X, o candidato Y, que era contra ele, tinha pago, pago oficialmente, declarado para a Justiça Eleitoral, pago para o Google e aparecia isso: 'Você não quer conhecer o candidato Y antes do X?'. E colocavam 50 notícias desse candidato. Aí você queria voltar no seu. 'Não, mas conheça também outras coisas que o candidato Y fez'. A pessoa desistia. Isso é um estelionato, era feito às claras, imaginem o que é feito às escuras. Então, há a necessidade para que nós... e é exatamente esse o tema, o futuro da democracia... para que nós possamos garantir uma estabilidade maior. Hoje o maior perigo à democracia e ao Estado de Direito é a instrumentalização das redes sociais por esses competentíssimos grupos extremistas, esse novo populismo digital extremistas, a que todos nós da área jurídica não demos bola há dez, 15 anos atrás, essa é a verdade... o mundo democrático achou que isso não fosse dar em nada... foram extremamente competentes. É muito dinheiro envolvido, é muito poder envolvido, é muita manipulação envolvida, e isso afeta o que há de mais sagrado na democracia que é a vontade livre do eleitor. O eleitor deve ser bombardeado de informações: informações verdadeiras. O eleitor tem direito ao livre mercado de ideias, de ideias verdadeiras, não manipuladas, não fraudulentas, porque, ao mesmo tempo em que esse populismo extremista dirige notícias fraudulentas, desinformação ao grupo de eleitores, também suprime outras notícias.

Por isso, e vou para o encerramento, por isso que os dois ataques principais desses grupos extremistas foram quais? Primeiro, a imprensa, a imprensa tradicional, e depois o Judiciário. A imprensa tradicional... e aqui eu fecho aquela ideia de que hoje o desafio é diferente, porque nós temos jurisdição constitucional e temos esse novo instrumento... você precisou primeiro desacreditar a imprensa tradicional, bombardear a imprensa tradicional, para colocar no mesmo pé de igualdade um *influencer* que ninguém nunca viu na vida e que fala desde sobre o empate trágico do Corinthians com o Cuiabá até [sobre] a guerra da Ucrânia... ele entende de tudo, coloca lá especialista, só que tem 30 milhões de seguidores... e igualou a opinião dessa pessoa... igualou, não, a opinião dessa pessoa chega dez vezes mais do que todos os telejornais juntos... só que a mídia tradicional, com todos os erros e acertos que todos temos, a mídia tradicional tem responsabilidade. As redes sociais hoje são irresponsáveis. Por isso que o primeiro ataque foi em relação à mídia tradicional. E o segundo ataque foi em relação a quem? A quem competia garantir a informação correta, a quem competia garantir os direitos fundamentais, contra o racismo, nazismo, misoginia. Então se passou a desacreditar o Poder Judiciário. Polônia, Hungria, sempre igual. O manual do ditador populista é sempre igual. Começa igual e, graças a Deus, tirando um ou outro país, sempre termina igual também, não dando certo. Tentaram agora novamente na Bolívia. Mas há um manual: vamos desacreditar quem pode ser um obstáculo, desde a Segunda Guerra, aos governos tirânicos. O Judiciário. E há três formas. A cooptação, como, em vários países, isso ocorreu: você traz para o seu grupo também o Judiciário, principalmente as cortes supremas, é uma verdadeira oligarquia. A

complementação: se você não consegue cooptar, vamos complementar, vamos mudar a composição, vamos aumentar o número. Qualquer semelhança é mera coincidência, o AI-2 fez isso, [subiu] de 11 para 16 [o número de ministros no STF]. Poucos anos atrás, no Brasil, se discutia aumentar de novo os ministros do Supremo, ou pode diminuir também, como a Polônia fez. Diminui em cinco anos a aposentadoria compulsória e vale retroativamente. Tiraram à força cinco juízes do Tribunal Constitucional da Polônia, inclusive o seu presidente. Se não conseguem cooptar, se não conseguem complementar, porque aí precisa, geralmente, para dar esse golpe, do apoio do Congresso e Parlamento, vamos ao terceiro método: confrontar, que foi o que ocorreu no Brasil. Confronto aberto, direto, utilizando as redes sociais para desacreditar, para ofender, para ameaçar, não só o Judiciário enquanto instituição, mas os juízes enquanto pessoas e as famílias dos juízes, principalmente os do Supremo Tribunal Federal. Só que, o que não contavam... e isso em outros locais do mundo também... é que o Poder Judiciário brasileiro é independente, o Poder Judiciário brasileiro é corajoso, o Poder Judiciário brasileiro, sob a chefia institucional do Supremo Tribunal Federal, dentro de todas as regras constitucionais, soube reagir às agressões, soube aplicar a legislação, soube fazer valer a Constituição, garantiu as eleições, garantiu a transição, garantiu a posse e vai garantir a responsabilização de todos os culpados pelo dia 8 de janeiro. Muito obrigado.”